



Período: **MAIO/2013**

Decreto Estadual nº 58.876, 05 de fevereiro de 2013, que altera o Decreto nº 51.624/07, que institui o regime especial de tributação do ICMS para indústria de informática.

Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 06/02/2013 e republicado no D.O.E. em 22/05/2013 devido as incorreções no texto anterior, o Decreto 58.876 altera o artigo 1º do Decreto Estadual nº 51.624/2007, que disciplina o regime especial de tributação do ICMS para os contribuintes das indústrias fabricantes de produtos de processamento eletrônico (informática), a fim de possibilitar que os contribuintes que derem saída tributada pelo ICMS dos produtos relacionados no decreto possam optar pelo crédito na importância 7% (por cento) sobre o valor das operações interestaduais realizadas pelo estabelecimento fabricante.

A norma possibilitou ainda a opção pelo crédito de importância equivalente à carga tributária suportada pelos contribuintes abrangidos pelo aludido benefício, nas hipóteses de saída interna com as mesmas mercadorias de que trata o Decreto nº 51.624/2007.

Ainda, o decreto em comento revogou o artigo 396-B do Regulamento do ICMS (Decreto nº 45.490/00), que tratava sobre o diferimento do imposto nas operações internas com os mesmos produtos da indústria de processamento eletrônico.

O Decreto nº 58.876, de 2013 entrou em vigor na data de sua publicação e produz efeitos desde 30 de outubro de 2012.

Para conhecer o inteiro teor do Decreto Estadual nº 58.876, de 2013, [clique aqui](#).

Convênio ICMS 38, de 22-05-2013 – Dispõe sobre procedimentos a serem observados na aplicação da tributação pelo ICMS prevista na Resolução do Senado Federal nº 13, de 25 de abril de 2012, e autoriza a remissão de crédito tributário na hipótese em que especifica.

O Convênio ICMS 38, 22 de maio de 2013, publicado em 23/05/2013, Dispõe sobre procedimentos a serem observados na aplicação da tributação pelo ICMS prevista na Resolução do Senado Federal nº 13, de 25 de abril de 2012, e autoriza a remissão de crédito tributário na hipótese em que especifica, nos termos seguintes:

O Convênio ICMS 38/13 que veio para disciplinar a aplicação da alíquota de 4% do ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados trouxe as seguintes inovações:

1) A alíquota do ICMS será de 4% nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior que após o desembaraço aduaneiro:

1. Não tenham sido submetidos a processo de industrialização;

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



2. Tenham sido submetidos a processo de industrialização^[1] e o resultado possua Conteúdo de Importação (CI) > 40%;

2) A norma não se aplica às operações interestaduais com:

1. Bens e mercadorias importadas sem similar nacional – definidas em lista editada pela CAMEX;
2. Bens e mercadorias produzidos em conformidade com o Processo Produtivo Básico (PPB)^[2];
3. Gás natural importado.

3) O CI é o percentual resultante da seguinte operação: (valor da parcela importada do exterior) / (valor total da operação de saída interestadual da mercadoria ou bem **submetido a processo de industrialização**).

Assim, pela lógica, a mercadoria ou bem que não sofrer industrialização, mesmo que importada não precisa calcular o CI.

Obs: o CI deve ser recalculado SEMPRE que a mercadoria ou bem sofrer novo processo de industrialização.

4) O Valor da parcela importada do exterior é:

1. Quando os bens e mercadorias forem importados diretamente pelo industrializador **será o valor aduaneiro** (soma do valor FOB mais frete e seguro);

1. **b.** Quando os bens e mercadorias importados forem adquiridos no **mercado nacional**:

i. E **não** submetidos à industrialização: **será o valor** do bem ou mercadoria **informado no documento fiscal** emitido pelo remetente – excluídos os valores de ICMS e IPI;

ii. E **submetidos** à industrialização E com CI > 40%: **será o valor** do bem ou mercadoria informado no documento fiscal emitido pelo remetente – excluídos os valores de ICMS e IPI;

1. Será considerado produto nacional aquele que tiver $CI \leq 40\%$;
2. Será considerado importado aquele que tiver $CI > 70\%$;
3. Será considerado metade importado e metade nacional aquele que estiver na seguinte faixa: $40\% < CI \leq 70\%$;

5) A FCI somente será preenchida no caso de operações com bens ou mercadorias importados que tenham sido **submetidos a processo de industrialização**;

1. **a.** A FCI será apresentada de forma individualizada por bem ou mercadoria produzidos;
2. **b.** Deverá ser utilizado o valor unitário que será calculado pela média aritmética ponderada praticada no penúltimo período de apuração; Poderá ser utilizado o valor das saídas internas (excluídos ICMS e IPI) no caso de não ter ocorrido saída interestadual no penúltimo período;



3. **c.** A FCI será apresentada mensalmente, sendo dispensada nos períodos seguintes enquanto não houver alteração no CI que implique em mudança de alíquota interestadual;
- 6) É facultado aos Estados instituir a obrigatoriedade da FCI e sua informação na NF-e na operação interna;
- 7) Nas operações interestaduais com bens ou mercadorias **importados que tenham sido submetidos a processo de industrialização no estabelecimento** deverá ser informado na NF-e: o número da FCI e o CI; Nas operações subsequentes com bens ou mercadorias **NÃO submetidos à processo de industrialização** deverá ser transcrito o número da FCI e o percentual do CI, contidos no documentos anterior;
- 8) Os Estados ficam autorizados a reemitir os créditos tributários constituídos ou não em virtude do descumprimento das obrigações instituídas pelo Ajuste Sinief 19/12;
- 9) A FCI passa a ser obrigatória a partir de 1º/08/2013;

O Convênio entrará em vigor na data da publicação da ratificação nacional. Para conhecer o inteiro teor da norma, [clique aqui](#).

[1] Transformação, beneficiamento, montagem, acondicionamento, reacondicionamento, renovação ou recondicionamento.

[2] Decreto-lei 288/67; Leis 8248/91; 8387/91; 10.176/01 e 11.484/07.

Instrução Normativa Nº 7, de 17 de maio de 2013.

A Instrução Normativa nº 7 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, publicada no Diário Oficial da União em 20 de maio de 2013, altera o prazo de desenvolvimento, implantação e operação do Sistema Nacional de Transporte de Produtos Perigosos da Instrução Normativa IBAMA nº 5, de 9 de maio de 2013, de 12 meses para 24 meses contados a partir da data da publicação desta Instrução Normativa, mantendo-o permanentemente atualizado.

Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação. Para acessar seu inteiro teor, [clique aqui](#).

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



RESOLUÇÃO SMA Nº 40, de 21 de maio 2013 - Dispõe sobre os procedimentos relativos à suspensão da queima da palha da cana-de-açúcar, ditados pela Lei Estadual 11.241, de 19-09-2002, e regulamentada pelo Decreto Estadual 47.700, de 11-03-2003.

Publicada em 22 de maio de 2013, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, a Resolução SMA nº 40, determina os procedimentos relativos à suspensão da queima da palha da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo.

De acordo com esta norma, fica proibida a queima de palha da cana-de-açúcar no período das 6 horas às 20 horas no período de 01 de junho a 30 de novembro de 2013. Se houver necessidade da suspensão da queima da palha da cana-de-açúcar nos demais horários, será determinada por região, levando em conta o teor médio da umidade relativa do ar, que deve ser medido das 12 horas às 17 horas, nos postos oficiais delimitados pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

A queima da palha da cana-de-açúcar será suspensa em qualquer período do dia sempre que o teor de umidade relativa do ar for inferior a 20%, com isso ficarão sem validade os comunicados de queima previamente encaminhados. Essa suspensão será declarada às 18 horas do dia em que constatado o teor de umidade do ar inferior a 20%, e irá valer a partir das 6 horas do dia seguinte ao da declaração.

Quando a umidade relativa média do ar alcançar valores iguais ou superiores a 20% de umidade, será retomada a queima da palha da cana no período das 20 horas às 6 horas, voltando a ter validade, os comunicados de queima registrados no site da Companhia Ambientado do Estado de São Paulo – CETESB, e a retomada da queima poderá ser feita depois da divulgação da interrupção da suspensão.

Após 30 de novembro, toda vez que o teor de umidade relativa do ar for maior ou igual a 20% e menor que 30% por um período de dois dias consecutivos, a queima da palha da cana-de-açúcar será suspensa entre as 6 horas e 20 horas. Essa suspensão valerá a partir das 6 horas do dia seguinte ao da declaração de suspensão, que deverá ser feita até às 18 horas do segundo dia consecutivo em que constatada a condição imprópria da umidade do ar. Nesse caso, os comunicados de queima já registrados terão validade para a efetivação da queima entre as 00 e 6 horas e entre as 20 e 24 horas, independentemente do horário previamente previsto para a realização da queima.

Todas as informações sobre a suspensão e liberação da queima da palha de cana serão divulgadas no site oficial da CETESB.

Ficam revogadas as Resoluções SMA nº 032, de 17 de maio de 2012, nº 034 de 02 de julho de 2007 e nº 033 de 21 de junho de 2007.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Para seu inteiro teor, [clique aqui](#). (página 71)

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Resolução CAMEX nº 34, de 13 de maio de 2013 – Altera para 2% (dois por cento), até 31 de dezembro de 2014, as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Capital, na condição de Ex-tarifários.

Publicada aos 14 de maio de 2013, no Diário Oficial da União, pela Câmara de Comércio Exterior, a Resolução nº 34/13 gerou Ex-tarifários (Ex) para Bens de Capital que, se forem novos terão sua alíquota *ad valorem* do Imposto de Importação reduzida para 2 % (dois por cento) até 31 de dezembro de 2014.

No entanto, na condição de usados, reconicionados ou com algum outro tipo de reforma, estes bens não poderão fruir da sua alíquota do Imposto de Importação reduzida, mas podem ser importados nas classificações tarifárias dispostas por esta Resolução, com observância de legislação específica para importação de bens usados.

Foram criados por esta Resolução, Ex-tarifários para Bens de Capital tais como compressores centrífugos de ar (NCM 8414.80.19); transportadores autopropulsados sobre rodas (NCM 8428.39.90); limitadores mecânicos (NCM 8431.31.10); centros de torneamento verticais (8458.91.00); cilindros de laminação (NCM 8455.30.10); serras e prensas hidráulicas (NCMs 8467.89.00 e 8474.80.90), dentre outros.

A presente Resolução, ainda, alterou Ex-tarifários de outras Resoluções da mesma Câmara de Comércio Exterior, dos NCMs 8421.21.00 – Ex 010, 8479.89.99 – Ex 064, 8433.59.90 – Ex 005, 8474.39.00 – Ex 017, 8536.50.90 – Ex 002, 8451.29.90 – Ex 006, 8474.20.90 – Ex 078, 8432.80.00 – Ex 003, 9030.10.10 – Ex 001, 8207.30.00 – Ex 022 e 018, 8424.89.90 – Ex 174, 8405.90.00 – Ex 001, 002 e 003, 8477.10.19 – Ex 011.

A alteração das alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação, a que se referem as Resoluções CAMEX que criam Ex-Tarifários e cujos prazos de concessão ainda não tenham expirado, somente poderá ser usufruída por bens importados na condição de novos.

Os bens usados, remanufaturados, reconicionados ou similares sob qualquer reforma, englobados nas descrições dos Ex-tarifários das Resoluções CAMEX poderão ser importados nestas classificações tarifárias, mas não terão direito a usufruir da redução da alíquota do imposto, observada a legislação específica para importação de bens usados.

Outrossim, revogou o Ex-tarifário nº 001 do NCM 9024.80.21 da Resolução CAMEX nº 17, de 28 de março de 2013.

A Resolução CAMEX nº 34, de 13 de maio de 2013, entrou em vigor na data de sua publicação. Para acessar o seu inteiro teor bem como todos os Ex-tarifários que foram criados, [clique aqui](#).

Resolução CAMEX nº 33, de 13 de maio de 2013 – Altera para 2% (dois por cento) as alíquotas do Imposto de Importação incidente sobre Bens de Informática e Telecomunicação, na condição de Ex-tarifários.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Publicada em 14 de maio de 2013 no Diário Oficial da União, a Resolução CAMEX nº 33, cria os Ex-tarifários de Bens de Informática e Telecomunicações para diversos itens da Tabela NCM do Imposto de Importação, tais como: 8443.32.29 – **Ex 001**; 8471.60.90 – **Ex 001**; 8517.62.49 – **Ex 012**; 8517.62.49 – **Ex 013**; 8517.62.49 – **Ex 014**; 8517.62.61 – **Ex 004**; 8529.90.20 – **Ex 004**; 8543.70.99 – **Ex 090**; 9030.40.90 – **Ex 020**; 9030.89.90 – **Ex 023**.

É alterado para 2% as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação que incidem sobre os Bens de Informática e Telecomunicações citados na Resolução, na condição de bens novos, até 31 de dezembro de 2013.

Os bens que se enquadrarem nas definições dos Ex-tarifários desta Resolução, usados, remanufaturados, reconicionados, ou submetidos a qualquer tipo de reforma, poderão ser importados nessas classificações tarifárias, mas não terão direito a usufruir da redução da alíquota do Imposto de Importação, respeitada a legislação específica para importação de bens usados. Essa regra é válida também para os bens importados na condição de novos, nas Resoluções CAMEX que criam Ex-Tarifários e cujos prazos não tenham expirado.

Esta Resolução CAMEX nº 33 entra em vigor na data de sua publicação e para acessar seu inteiro teor, [clique aqui](#).

Decreto nº 8.017, de 17 de maio de 2013 – *Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, para reduzir as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidente sobre extratos concentrados de sementes de guaraná, extrato de açaí e sucos de frutas destinados à elaboração de refrigerantes e refrescos.*

Publicado em 20 de maio de 2013 no Diário Oficial da União, o Decreto nº 8.017, de 17 de maio de 2013, que criou as Notas Complementares NC (21-1) no Capítulo 21 e NC (22-1) no Capítulo 22 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI.

Na NC (21-1) foram reduzidas as alíquotas do IPI relativas aos extratos concentrados para elaboração de refrigerantes, que estão classificados nos 'ex' 01 e 02 do código 2106.90.10 (*preparações dos tipos utilizados para elaboração de bebidas*), contanto que atendam aos padrões de identidade e qualidade exigidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e estejam registrados no órgão competente desse Ministério. A redução foi de 50% para extratos concentrados para elaboração de refrigerantes que contenham extrato de sementes de guaraná ou extrato de açaí, e no percentual de 25% de redução para extratos concentrados para elaboração de refrigerantes que contenham suco de frutas.

Na NC (22-1) foram reduzidas as alíquotas do IPI relativas aos refrigerantes e refrescos classificados no código 2202.10.00 (*águas, incluindo as águas minerais e as águas gaseificadas, adicionadas de açúcar ou de outros edulcorantes ou aromatizadas*), desde que atendam aos padrões de identidade e qualidade exigidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e devem estar registrados no órgão

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



competente desse Ministério. A redução foi de 50% para refrigerantes e refrescos que contenham extrato de sementes de guaraná ou extrato de açaí e de 25% para refrigerantes e refrescos que contenham suco de frutas.

Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e para acessar o seu inteiro teor, [clique aqui](#).

PORTARIA No- 1.298, de 17 de maio de 2013 *Aprova o Plano Diretor do Aeroporto de Campinas - Viracopos (SBKP)*

No dia 20 de maio de 2013, foi publicada no Diário Oficial da União, a Portaria nº 1.298, que aprova o Plano Diretor do Aeroporto de Campinas – Viracopos, esta aprovação não dispensa o operador de aeródromo de respeitar os requisitos de licenciamento ambiental, de uso do solo e de zoneamento urbano e outras posturas, bem como da aprovação do planejamento proposto junto ao órgão responsável pelo controle do espaço aéreo.

Com a aprovação desta Portaria, revogou-se a Decisão nº 152, de 31 de março de 2009.

Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Para acessar o seu inteiro teor, [clique aqui](#).

Decreto 7.997/2013 - Altera o Decreto nº 6.573, de 19 de setembro de 2008, que fixa coeficiente para redução das alíquotas específicas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a receita bruta auferida na venda de álcool e estabelece os valores dos créditos dessas contribuições que podem ser descontados na aquisição de álcool anidro para adição à gasolina.

Publicado no Diário Oficial da União em 08/05/2013, o Decreto nº 7.997, de 07/05/2013, alterou o Decreto nº 6.573/2008, que fixa coeficiente de redução das alíquotas específicas do PIS-PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita bruta proveniente da venda de álcool.

As alíquotas do PIS-PASEP e da COFINS ficam reduzidas, respectivamente, para:

- a) R\$ 21,43 e R\$ 98,57 por metro cúbico de álcool, no caso de venda realizada por produtor ou importador;
- b) zero real e zero real no caso de venda realizada por distribuidor.

Este Decreto entra em vigor em:

- 1º de setembro de 2013, com relação a 0,0833 para produtor ou importador e R\$ 21,43 e R\$ 98,57 por metro cúbico de álcool, no caso de venda realizada por produtor ou importador;

Informe

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



- 8 de maio de 2013, com relação às demais alterações.

Para conhecer o inteiro teor da norma, clique [aqui](#).